

Perspetivas sobre Construir Ciência — Construir o Mundo

Isabel Malaquias, António Andrade, Vitor Bonifácio, Helmuth Malonek

(COORDS.)



Título

Perspetivas sobre Construir Ciência - Construir o Mundo

Coordenadores

Isabel Malaquias, António Andrade, Vitor Bonifácio, Helmuth Malonek

Prefácio

Isabel Malaquias

Paginação e design da capa

Alexandra Ribeiro

Impressão

Tipografia Minerva Central, Lda – Aveiro

UA editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia

1ª edição – Dezembro 2015

Tiragem - 120 exemplares

Depósito legal

410786/16

ISBN

978-972-789-475-8

Catálogo recomendada

Perspetivas sobre Construir Ciência - Construir o Mundo / Coords. Isabel Malaquias, António Andrade, Vitor Bonifácio, Helmuth Malonek. Aveiro UA Editora, 2015. - 316 p. : il

ISBN 978-972-789-475-8 (brochado)

palavras-chave: historia da ciência e da tecnologia

Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida ou transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo, eletrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros, sem prévia autorização dos autores.

Índice

Prefácio

Isabel Malaquias _____ 9

Congressos Internacionais: práticas científicas e culturais

Maria de Fátima Nunes _____ 11

El patrimonio de los institutos y liceos históricos ibéricos: un reto para los historiadores de la ciencia

Leoncio López-Ocón _____ 18

ATORES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS

Os conceitos matemáticos de número irracional e de razão composta, segundo Álvaro Tomás, no seu *Liber de Triplici Motu*

Maria Elfrida Ralha, Maria Fernanda Estrada _____ 25

O Portugal da pré-modernidade e a ciência no estilo de Reijer Hooykaas

Antonio Sánchez _____ 38

Conrad Gesner, editor de Brudo Lusitano: peripécias da edição de um tratado de dietética no séc. XVI

António Manuel Lopes Andrade _____ 45

Inovação e Tradição na Descrição dos Primatas Não-Humanos em Ulisse Aldrovandi (1522–1605)

Cecilia Veracini _____ 54

“Humanas miserias pertractantibus, earumque medelam procurantibus.” — A discussão da mania por Filipe Montalto

Joana Mestre Costa _____ 62

Cálculo de Leibnitz: Uma visão heurística do Cálculo

Lúis Gonzaga Albuquerque _____ 69

José Monteiro da Rocha (1734-1819) e o debate internacional na década de 1760 sobre os métodos de determinação da longitude no mar: as suas propostas e críticas ao método das distâncias lunares de Lacaille (1713-1762)

Fernando B. Figueiredo _____ 76

Um escrito inédito de João Jacinto de Magalhães e o destino ignorado de um padrão
Isabel Malaquias _____ 85

Victor Regnault e os gases: medidas de alta precisão e agnosticismo teórico
João Príncipe _____ 91

Narciso de Lacerda (1858-1913) – entre a poesia, a astronomia e a subsistência
Vitor Bonifácio _____ 97

CIÊNCIA, PODER E REGULAMENTAÇÃO

Poder Político e Hegemonia Científica: os Reitores Cientistas da Universidade de Lisboa na República e no Estado Novo
Ana Simões, Ana Carneiro, Maria Paula Diogo _____ 106

I Exposição Colonial Portuguesa e os seus Congressos (1934)
Sandra Abelha _____ 114

Actores e Práticas de Difusão da Organização Científica do Trabalho em Portugal: entre o INII e a Presidência do Conselho
Ana Carina Azevedo _____ 119

O conceito de «temibilidade»: evolução jurídico-científica e sua aplicabilidade em Portugal no primeiro quartel do Século XX
Inês Pinto da Cruz _____ 127

O Brasil e a Política de Preservação do Patrimônio nos Anos 1990: o papel do Conselho Consultivo do IPHAN na Produção do Conhecimento
Daniela Carvalho Sophia, Mayla Ramos Saldanha _____ 134

O contributo do poder político e da imprensa para a divulgação da Vacina Contra a Poliomielite em Portugal (Anos 50-60 Séc.XX)
Sandrine Martins Pinto, João Rui Pita, Ana Leonor Pereira _____ 142

O poder institucional e a regulação do medicamento em Portugal. Da DGAF ao INFARMED (1984-1993)
Micaela Figueira de Sousa, João Rui Pita, Ana Leonor Pereira _____ 149

A ciência médica oficial face às práticas e discursos não convencionais em Portugal em finais do século XX
Sara Margarida Vieira Repolho _____ 157

CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Os Jogos Matemáticos e Alcuino de lorque
Maria Teresa Santos, Jaime Carvalho e Silva _____ 162

Contribuições para a história do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra Catarina Schreck Reis, Paulo Renato Trincão	170
Monarcas e oceanógrafos: levantamentos batimétricos no litoral português. Considerações sobre a utilização da História da Ciência em contextos didáticos Filomena Amador	178
Os modelos da estrutura interna da Terra nos manuais escolares: Uma perspetiva histórica Joana Torres, Filomena Amador	185
Da Tectónica de Placas à Tectónica Global António Soares de Andrade, Luís F. Marques	192
A Academia Politécnica do Porto (1837-1911): a criação e a evolução de uma escola de engenharia na cidade do Porto Hélder Pinto	199
Álvaro Machado: um paladino do ensino experimental da física M. João Carvalhal, Marisa Monteiro	206
A prancha de acessórios do galvanómetro de Bourbouze: uma peça singular Marisa Monteiro	213
As Ciências Fisioterápicas e Farmacêuticas na revista Fisioterapia (1929-1939) M ^a Armanda Rodrigues, João Rui Pita, Ana Leonor Pereira	220
Contributo de J. Vicente Gonçalves para a internacionalização da matemática na segunda metade do século xx: a revista da faculdade de ciências da universidade de Lisboa (2.ª série A) Cecília Costa	225
O ensino e a investigação no Laboratório de Farmacognosia da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (1930-1980): estabelecimento de redes e internacionalização da ciência Célia Cabral, Lígia Salgueiro, João Rui Pita	231
<u>TECNOLOGIA E SOCIEDADE</u>	
As estradas das Comemorações dos Centenários: materialização de uma “capacidade realizadora” e de uma nova cultura de turismo automóvel M. Luísa Sousa	238
Entre o manto diáfano dos protótipos e a nudez forte da industrialização: Exemplos frustrados de iniciativas na área tecnológica da mobilidade em Portugal José Barros Rodrigues	246

O património associado ao abastecimento de água em Aveiro

Manuel Ferreira Rodrigues _____ 252

Das Exposições Universais às Exposições de Rádio e Eletricidade: História, Tecnologia e Património

Ana Cardoso de Matos, Ana Malveiro _____ 258

Práticas, redes e produções científicas dos naturalistas do Museu Bocage na Europa entre guerras (1914-145).O Património Documental do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa (MUHNAC-UL)

Ana Rita Saldanha, Maria de Fátima Nunes, José Pedro Sousa Dias _____ 266

Os Objectos Industriais como Fonte para a História da Técnica e da Indústria e como Bens Patrimoniais

Ana Cardoso de Matos, Maria da Luz Sampaio _____ 273

Diagnóstico de uma indústria-reliquia no segundo pós-guerra: Robert Clarke e os estudos sobre a caça e biologia do cachalote nos Açores (1949-1957)

Francisco Henriques _____ 280

Circuitos e redes de distribuição da penicilina em Portugal: 1944 – 1946

Victoria Bell, João Rui Pita, Ana Leonor Pereira _____ 286

Os citotécnicos e a implementação do teste de papanicolaou no Brasil

Luiz Antonio Teixeira, Leticia Pumar _____ 295

Arqueologia em contexto colonial. Moçambique e Angola: entre a indiferença e a internacionalização

Patrícia Conde, Ana Cristina Martins, João Carlos Senna-Martínez _____ 301

Egas Moniz na História da Ciência: uma acomodação problemática

Manuel Correia _____ 311

PREFÁCIO

A presente publicação congrega artigos escolhidos que pretendem contribuir para uma perspectiva sobre ciência e tecnologia, na sequência do 4º Encontro Nacional de História das Ciências e da Tecnologia. A organização do presente volume integra, na abertura, a reflexão de Maria de Fátima Nunes sobre práticas científicas e culturais em congressos internacionais e o contributo de Leoncio López-Ocón relativo ao património de institutos e liceus históricos como fonte para os historiadores da ciência.

Seguem-se quatro secções que congregam vários contributos, agrupados em *Actores e Práticas Científicas*; *Ciência, Poder e Regulamentação*; *Ciência, Educação e Instituições* e ainda *Tecnologia e Sociedade*.

Em *Actores e Práticas Científicas*, Elfrida Ralha e Fernanda Estrada elaboram em torno da obra de Álvaro Tomás (1509) em particular sobre os conceitos de número irracional e razão composta. O trabalho de Reijer Hooykaas relativo a Portugal na pré-modernidade e seu contributo para a ciência moderna é analisado por Antonio Sánchez, seguindo-se, com as palavras de António Andrade, a trajectória de Conrad Gesner e a sua edição do livro de Brudo Lusitano sobre dietética (século XVI). Cecilia Veracini introduz-nos na obra de Ulisse Aldrovandi e a sua descrição de primatas não-humanos para realçar os seus aspectos de inovação e tradição. Joana Costa desenvolve sobre a questão da mania na obra de Filipe Montalto. Luís Albuquerque apresenta-nos reflexões sobre o cálculo leibniziano, seguindo-se a abordagem de Fernando Figueiredo sobre as críticas e propostas de José Monteiro da Rocha aos métodos de determinação da longitude no mar. A descoberta de um texto inédito de João Jacinto de Magalhães e sua relação com um padrão de toesa feito em Inglaterra para a Academia das Ciências de Lisboa são objecto do artigo de Isabel Malaquias. O estudo dos gases no início do século XIX e as medidas de alta precisão levadas a cabo por Victor Regnault são abordados por João Príncipe, seguindo-se o contributo de Vítor Bonifácio em torno do astrónomo amador Narciso de Lacerda e facetas da sua vida.

A esta secção, mais focada no papel dos indivíduos e suas práticas, abre-se caminho a um segundo incidindo sobre a interligação entre a ciência, o poder e o papel da regulamentação. É encabeçado pelo trabalho de reflexão de Ana Simões, Ana Carneiro e Maria Paula Diogo em torno do papel dos reitores cientistas da Universidade de Lisboa e o seu papel de liderança na criação de hegemonia cultural, segundo uma perspetiva gramsciana. Sandra Abelha elabora sobre a I Exposição Colonial Portuguesa e os seus Congressos em 1934. Discutindo a difusão da organização do trabalho em Portugal, Ana Carina Azevedo aborda a ligação entre o INII e a Presidência do Conselho durante o Estado Novo. A evolução jurídico-científica do conceito de "temibilidade" e a sua aplicabilidade no primeiro quarto de século XX em Portugal são objecto de dissertação de Inês Pinto da Cruz. Segue-se a análise do papel consultivo desempenhado pelo IPHAN, na década de 90 do século passado, relativo à preservação do património brasileiro, trabalho desenvolvido por Daniela Sophia e Mayla Saldanha. Os três últimos artigos deste capítulo abordam ainda, no período relativo ao século XX, e a Portugal, a divulgação da vacina contra a poliomielite na década de 50-60, por Sandrine Pinto, J. R. Pita e A. L. Pereira, o papel desempenhado pela DGAF, até ao INFARMED, na regulamentação do medicamento, desenvolvido por Micaela Sousa, J. R. Pita e A. L. Pereira e a relação entre a ciência médica oficial e as práticas e discursos não convencionais, por Sara Repolho.

O terceiro capítulo, *Ciência, Educação e Instituições*, integra o trabalho de Teresa Santos e Jaime Carvalho e Silva sobre os jogos matemáticos no tempo de Alcuíno de Iorque, os contributos de Catarina Reis e Paulo Trincão sobre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, o artigo de Filomena Amador sobre a articulação história da ciência - didática e os levantamentos batimétricos do litoral português ao tempo de D. Carlos. Uma perspectiva histórica sobre os modelos de estrutura interna da Terra, através de manuais escolares, é apresentada no artigo de Joana Torres e Filomena Amador, seguindo-se o artigo de A. Soares de Andrade e Luís Marques sobre a emergência do modelo de tectónica de placas e o desafio da tectónica global. A criação e desenvolvimento da Academia Politécnica do Porto são objecto do artigo de Hélder Pinto, seguindo-se o contributo de M. João Carvalho e Marisa Monteiro sobre o

papel de Álvaro Machado no desenvolvimento da física experimental no Porto, e a singularidade da prancha de acessórios no modelo didáctico de um galvanómetro de Bourbouze, por Marisa Monteiro. Abordam-se na sequência: o desenvolvimento das ciências fisioterápicas e farmacêuticas através da revista *Fisioterapia*, por Armanda Rodrigues, J. R. Pita e A. L. Pereira, o papel de Vicente Gonçalves e da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa* na internacionalização da matemática portuguesa, por Cecília Costa, e ainda o estabelecimento de redes de internacionalização através do laboratório de Farmacognosia da Universidade de Coimbra, por Célia Cabral, J. R. Pita e A. L. Pereira.

O quarto capítulo engloba aspectos de *Tecnologia e Sociedade*, com as colaborações reflexivas de M. Luísa Sousa em estradas, turismo automóvel e comemorações centenárias, José Barros Rodrigues e as iniciativas frustradas de passagem da concepção de protótipos de veículos à sua industrialização. Manuel Ferreira Rodrigues pondera sobre o património associado ao abastecimento de água em Aveiro. O artigo de Ana Cardoso de Matos e Ana Malveiro aborda as exposições de rádio e electricidade a jusante das exposições universais. A análise do património documental e o papel dos naturalistas do Museu Bocage nas redes internacionais são objecto da análise de Ana Rita Saldanha, M. Fátima Nunes e José Pedro Sousa Dias. Ana Cardoso de Matos e Maria da Luz Sampaio reflectem sobre o papel duplo dos objectos industriais como fontes para a história e como bens patrimoniais. Francisco Henriques traz à colação o papel de Robert Clarke nos estudos sobre a caça e biologia do cachalote no período de 1949 a 1957. Os circuitos e redes de distribuição da penicilina, entre 1944 e 1946, são objecto do artigo de Victoria Bell, J. R. Pita e A. L. Pereira. Luiz A. Teixeira e Letícia Pumar debruçam-se sobre a implementação no Brasil do teste de papanicolau, o surgimento da profissão de citotécnicos e os debates entre os diferentes grupos profissionais envolvidos. Patrícia Conde, Ana Cristina Martins e J. C. Senna-Martinez falam-nos de arqueologia em contexto colonial, casos de Moçambique e Angola, entre a indiferença e a internacionalização e Manuel Correia da acomodação problemática de Egas Moniz na História da Ciência.

Aveiro, dezembro de 2015

Isabel Malaquias

O Brasil e a Política de Preservação do Patrimônio nos Anos 1990: o papel do Conselho Consultivo do IPHAN na Produção do Conhecimento

Daniela Carvalho Sophia

Museu de Astronomia e Ciências Afins (CMU/MAST)
danielasophia@mast.br

Mayla Ramos Saldanha

Museu de Astronomia e Ciências Afins
maylasaldanha@hotmail.com

Resumo

A implementação da política de preservação do patrimônio brasileiro nos anos 1990 e 2000 foi acompanhada e orientada pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instância de deliberação sobre tais processos, em um país com um modelo de patrimônio ainda em definição e com um sistema relativamente centralizado e carente de recursos humanos e financeiros. O trabalho trata da participação do Conselho Consultivo do IPHAN como arena basilar nas políticas de preservação do patrimônio no Brasil. A partir de um olhar para a arena, evidencia-se que, apesar dos percalços, houve avanços na política adotada. O nível federal ampliou o número de tombamentos realizados, criou o instrumento do registro e procedeu no processo de implementação do Programa do Patrimônio Imaterial. Com isso, mostraremos o potencial do Conselho em construir e consolidar novas bases para a gestão pública do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Patrimônio; Conselho Consultivo; IPHAN

Abstract

The implementation of Brazilian heritage preservation policy in the 1990s and 2000s was accompanied and guided by the Advisory Board of the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN). This article examines the role of Advisory Council as an important arena of IPHAN policies implementation. The study shows that despite the setbacks, progress was made in the adopted policy. The federal level has expanded the number of listed items, created the registrar instrument and initiated the implementation of the Intangible Heritage Programme. We will show the potential of the Council to build and consolidate a new foundation for the public management of Brazilian cultural heritage.

Keywords: Public Policy; Heritage; Advisory Council; IPHAN

Introdução

Ao se debruçar sobre a política de preservação do patrimônio nos anos 1990 no Brasil, é necessário considerar a complexidade do desafio representado por sua implementação. Esse processo foi acompanhado e orientado pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição brasileira que visa deliberar sobre tais

processos, em um país com um modelo de patrimônio ainda em definição e com um sistema de acompanhamento relativamente centralizado e carente de recursos humanos e financeiros.

Instituído em 1937 por meio da Lei n° 378 de 13 de janeiro, o Conselho Consultivo é um órgão colegiado do IPHAN que tem como responsabilidade examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas ao tombamento, ao registro de bens culturais de natureza imaterial e à autorização de saída temporária do país de patrimônio cultural protegido, além de opinar sobre outras questões relevantes do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A história das políticas de preservação do patrimônio no Brasil é fortemente marcada pela presença desse conselho. É por meio dele que ocorre a divulgação do conhecimento, a interação entre intelectuais e grupos de interesse e a legitimação dos bens a serem incluídos no escopo da política, induzindo a geração de novos conhecimentos. Vem, dessa forma, ampliando seu potencial de contribuir para a atualização dos conteúdos e formas de preservação do patrimônio no país, para a integração nacional, regional e sub-regional da federação brasileira. Por seu intermédio, ocorre a aprovação dos bens a serem tombados e, no que diz respeito aos bens relacionados à cultura imaterial, a aprovação dos bens a serem registrados. Nele, ocorre a negociação política e a legitimação das ações a serem empreendidas, induzindo a ampliação de novos itens a serem objeto de apreciação, discussão, aprovação e inclusão nos livros de tomo e de registro.

No país, a literatura vem enfatizando o papel de relevância assumida pela arena, examinando de forma positiva o Conselho como fórum privilegiado de negociação e destacando a relevância de tal arena no processo de formulação e implementação das políticas de patrimônio. Nas duas últimas décadas, alguns estudos têm sido empreendidos por historiadores, antropólogos, museólogos e juristas sobre a gênese e a configuração das políticas de patrimônio no país conselho consultivo do IPHAN (Chuva, Fonseca, Cavalcanti). Nessa linha interpretativa, os trabalhos realizados pelo Conselho Consultivo foram fundamentais na constituição das políticas relacionadas ao patrimônio brasileiro. O Conselho, na vertente apresentada, se constituía em um locus de ação com poder decisório em casos de conflito. Com semelhante chave interpretativa, localizam-se também os trabalhos de Pereira e Rabelo que examinam os concepções do processo de tombamento de bens culturais. As autoras, ao abordarem o instituto do tombamento, chamam atenção para o papel do Conselho Consultivo no processo de discussão e aprovação dos bens a serem tombados pelo IPHAN.

Neste capítulo, o objetivo é descrever a trajetória institucional do Conselho Consultivo do IPHAN no período compreendido entre os anos 1990 e 2009, fornecendo um levantamento e um perfil dos bens tombados e registrados em suas reuniões. Para tanto, dividimos o artigo em três partes: a primeira diz respeito ao funcionamento do Conselho no Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), em um período que abarca os anos de 1990 a 1994, respectivamente; a seguir, examinaremos os tombamentos e registros realizados após a recriação do IPHAN, no período compreendido entre os anos 1994 e 2009; por fim, ressaltamos um novo marco nas políticas do patrimônio com a criação do Instituto Brasileiro de Museus, a partir de 2009.

Histórico

No Brasil, o surgimento do Conselho Consultivo relaciona-se com o surgimento das instituições federais de preservação do patrimônio. Em 1930, escrito pelo deputado federal pela Bahia José Wanderley de Araújo Pinha, um projeto de lei propõe ao Congresso Nacional a criação da Inspeção de Defesa do Patrimônio Histórico – Artístico Nacional. Tal instituição funcionaria no Museu Histórico Nacional, cujo diretor assumiria a função de Inspetor (MEC.SPHAN, 1980, pg.84). Uma das inovações do projeto do deputado relaciona-se justamente à criação de um conselho deliberativo e que, tal como formulado de acordo com o referido projeto de lei, teria como objetivo sugerir e aconselhar a Inspeção sobre medidas e providências para a defesa do patrimônio histórico-artístico e julgar os recursos interpostos pelos proprietários ou possuidores de coisas catalogadas.

A criação do Conselho Consultivo também foi objeto de apreciação contida no Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entregue em 24 de março de 1936, elaborado por Mário de Andrade a convite do então ministro da Educação Gustavo Capanema. No arranjo do modernista, a Diretoria do Serviço deveria ser assistida por um conselho consultivo composto de cinco membros fixos e 20 membros móveis. Em 1937, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é criado por meio da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 (Fonseca, 2009; 117). A referida legislação visa dar uma nova organização do Ministério da Educação e Saúde Pública e, nela, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). No âmbito do órgão, a legislação prevê ainda o funcionamento de um conselho consultivo, composto pelo diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República (art. 46. Lei nº 378). Seus mandatos eram vitalícios e a função, não remunerada (Fonseca, 1997; 117).

Naquele mesmo ano, o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro é aprovado com vistas a organizar e proteger o patrimônio histórico e Artístico Nacional. De acordo com tal Decreto, as funções do Conselho passam a concentrar-se no exame dos bens indicados para tombamentos impugnados pelos proprietários, ou dos tombamentos solicitados pela sociedade civil (Chuva, 2009). Cabia ao Conselho o papel de interceder em casos de conflito entre a sociedade civil e a sociedade política, 'avaliando as razões e as contra-razões impetradas, supondo, para uma decisão, por um lado, a defesa do interesse público, e, por outro, que a agência não extrapolasse os princípios legais da ação constitucional' (Chuva, 2009; 123). O núcleo central das ações do Conselho passa a concentrar-se nos casos de tombamentos.

A atuação do Conselho no Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (1990-1994)

Em 1990, dentre as medidas adotadas pelo Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, destaca-se a criação da Lei nº 8.029 de 12 de abril que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, dentre elas o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Pró- Memória (FNPM)¹. Foi criado, em seu lugar, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, vinculado à Secretaria de Cultura da Presidência da República, considerada autarquia federal (Brasil, 1990), em substituição à antiga Secretaria do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e à FNPM. O IBPC foi criado com o intuito de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro; formular e promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para a conservação e preservação do patrimônio cultural, dentre outros. O acervo e as receitas, as competências e as dotações orçamentárias da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e da FNPM foram transferidos ao Instituto ².

O Conselho Consultivo volta a integrar a estrutura regimental do governo como órgão colegiado vinculado à Direção do IBPC (Lei 335/1991) com vistas a examinar, apreciar e opinar sobre questões ligadas ao tombamento (Lei 335 17/04/1991). No período de funcionamento do Instituto, o Conselho esteve sob a presidência de Jaime Zettel, (1992), Francisco Manuel de Mello Franco (1993) e Glauco Campello (1994). A maior parte dos bens tombados no Instituto localiza-se na Região sudeste (5), nos estados de Rio de Janeiro (3) e Minas Gerais (2), seguido pela região centro-oeste (4), nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás, respectivamente; e, pela região sul, no estado do Rio Grande do Sul (2). A maior parte dos tombamentos foram realizados no Livro de Tombo Histórico (9 ocorrências), seguido do livro de Tombo das Belas Artes (7) e Livro de Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico (6). Ressalta-se que não houve, no período, ocorrência de registro no Livro de Artes Aplicadas.

O Conselho Consultivo no IPHAN (1994-2009)

No ano de 1994, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) passa a intitular-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por meio da Medida Provisória nº 610 de 8 de setembro daquele ano, assinada pelo Presidente Itamar Franco. Entre os anos de 1994 e 2009, o Conselho, na estrutura do IPHAN, esteve sob a presidência do arquiteto Glauco Campello (1994-1999), Carlos Henrique Heck (1999-2003), Maria Elisa Costa (2003-2004), Antônio Augusto Arantes (2004-2005) e Luiz Fernando de Almeida (2006- 2012), respectivamente.

Durante o período compreendido entre os anos de 1994 e 2009, o Conselho aprovou o tombamento de 71 bens. Entre 1994 e 2009, a maior parte dos bens tombados pelo Conselho no Instituto localiza-se na Região sudeste (37), nos estados de Rio de Janeiro (15), São Paulo (14) e Minas Gerais (8), seguido pela Região Nordeste (22), nos estados da Bahia (7), Ceará (6) e Alagoas (3) respectivamente; e, pela região sul, no estado do Rio Grande do Sul (6) – confere a Figura 2, abaixo. Juntos, a quantidade de bens tombados nos estados pertencentes à Região Sudeste representa o total de 53% comparativamente à quantidade de bens tombados nas demais regiões.

O grande número de reuniões ocorreu em 2000 e nos anos subseqüentes – 2001, 2002, 2003 e 2004, respectivamente – relacionando-se sobretudo ao processo de discussão do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, aprovado por meio do Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 com o objetivo de implementar programas de salvaguarda de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial.

No processo de sua implementação, coube ao Conselho o papel de examinar, decidir e deliberar sobre as propostas de registros apresentadas pelo Presidente do Instituto. Além

disso, coube ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando fosse o caso, de novo Livro de Registro. Em caso de decisão favorável, o bem seria inscrito no livro correspondente e receberá o título de 'Patrimônio Cultural do Brasil' (BRASIL, 1937).

No âmbito da implementação de tal programa, o registro se constitui um importante instrumento de identificação dos bens concernentes ao patrimônio imaterial, na medida em que, ao se tratar de um processo administrativo, abarcava, por meio de pareceres técnicos produzidos pelos relatores designados pelo presidente do Conselho, os principais argumentos defendidos para a sua inclusão na lista. Durante os anos de 2000 a 2009, o Conselho aprovou o total de 19 bens para inclusão em um dos livros de registro acima citados. A maior parte dos registros – 9 ocorrências – foi aprovada pelo Conselho para inclusão no Livro de Registro das Formas de Expressão. A seguir, foram encontradas 7 ocorrências no Livro dos Saberes: O Conselho Consultivo aprovou, para inclusão no Livro dos Lugares, os seguintes bens: Feira de Caruaru e Cachoeira de Iauaretê. Por fim, o Conselho aprovou o registro de um bem no Livro de Lugares: Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

A Criação do Instituto Brasileiro de Museus e o Conselho Consultivo do IPHAN

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foi criado a partir da Lei n.º 11.906 (20/01/2009), do Presidente da República Luiz Inácio da Silva, que desmembrou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Diretoria de Museus e as Unidades Museológicas com vistas a contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos.

Com a criação do novo órgão, o Conselho consultivo do IPHAN passa a incorporar entre os seus membros um representante do IBRAM, função assumida por Cláudia Maria Pinheiro Storino a partir da 60ª reunião realizada no dia 2 de outubro de 2009. Tais incorporações são feitas por meio do Decreto n.º 6.844, de 07 de maio de 2009, que *institui a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN*.

É importante ressaltar ainda que a criação, a partir da Lei n.º 11.906 (20/11/2009), do Instituto brasileiro dos Museus, gerou um distanciamento entre as áreas dos museus (IBRAM) e do patrimônio (IPHAN) passando a possuir, cada órgão, políticas específicas para seus setores de atuação (Rangel, 2012). Embora passe a existir duas arenas consultiva no território das políticas concernentes do patrimônio, Rangel enfatiza a existência de uma relação de complementaridade entre a história dos museus e a do patrimônio (2012). De fato, com a criação de uma nova arena consultiva no âmbito do IBRAM, o que parece ter ocorrido foi uma ampliação dos espaços de representação entre a sociedade e o Estado e que passaram a se constituir em verdadeiras arenas públicas de discussão e deliberação dos mais variados temas concernentes ao museu e patrimônio, guardando, cada qual, suas especificidades.

Considerações finais

Com a legitimidade política que adquiriu e a experiência acumulada em 75 anos de funcionamento regular, o Conselho parece estar ampliando seu potencial de contribuir para a atualização dos conteúdos e as formas de preservação do patrimônio no país.

À despeito das considerações feitas, há que se destacar, no entanto, a obscuridade relativa à natureza do arranjo institucional existente e sua adequação mediante à realidade e às demandas nacionais. Outro ponto fundamental é a ausência de avaliações mais formalizadas acerca da operacionalidade do arranjo definido pelo Conselho Consultivo para implementar e definir o escopo da política relacionada ao patrimônio cultural brasileiro. Parece que várias dificuldades permeiam a arena, sendo as mais comuns as que explicitam o forte interesse econômico que permeia a área e as ações de veto por parte de grupos de interesse.

Também, as referências aos recursos e ao exercício do poder político, técnico e administrativo parecem se imbricar nos discursos, revelando às vezes posições ambivalentes, às vezes, ambíguas. Significa dizer que parece que se encontra nesse âmbito o debate em torno da relação entre poder político (mobilização de interesses e forças de natureza diversa), poder técnico (racionalidade operativa ou instrumental) e o poder administrativo (centrado no domínio e controle sobre a distribuição de recursos diversos). A criação de câmaras técnicas no âmbito do Conselho expressa essa ambivalência e parece revelar não somente a “tecnificação” X “politização” do debate, mas principalmente a capacidade dos burocratas em orientar as decisões políticas. Em alguns casos, o conteúdo efetivo da política parece tornar-se, por completo, uma questão a ser determinada por burocratas. Um exemplo do que acaba de ser explicitado é que, desde fevereiro de 2004, por acordo estabelecido no Conselho Consultivo, todo assunto relacionado ao patrimônio imaterial é submetido à Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial. No entanto, é certo que a atuação do Conselho Consultivo, nos anos 90 e 00, foi um marco importante por modificar a composição dos membros e a incorporar um novo perfil institucional na arena pública de intervenção estatal nas questões relacionadas ao patrimônio.

Dito isso, a discussão acerca do papel e da relevância do Conselho Consultivo do IPHAN no cenário do processo de planejamento das Políticas Públicas parece representar um importante insumo no desenvolvimento de práticas relacionadas ao desenvolvimento de inovações voltadas para a eficiência da gestão governamental e transparência do setor público. Tal debate nos leva à algumas indagações: quem participa do Conselho e que desigualdades subsistem na participação? Como se dá o processo de construção do interesse coletivo no âmbito dos dispositivos desses novos arranjos participativos? (MILANI, 2008). Estaria o Conselho relacionado às ingerências políticas de cunho clientelista?

Para finalizar, chamamos atenção para o fato de que qualquer tentativa em examinar as políticas do patrimônio no período compreendido entre os anos 1990 e 2012 precisa considerar primordialmente duas questões: primeiro, a cultura política particular sob a qual a administração pública formou-se e evoluiu; em segundo lugar, os processos concretos que levaram às presentes disfunções do serviço público (MARTINS, 1997). A ênfase na cultura política deve-se ao fato de que ela estabelece os limites do possível: a zona cinzenta onde o desejo de reforma e as condições políticas interagem, com resultados incertos (LABORIE, 2003).

Nesse período, tanto as tensões menos evidentes que perduraram por mais tempo quanto os conflitos coletivos abertos e suas relações com as formas de mobilização após a aprovação da Carta Constitucional ainda se apresentam como novos desafios ao campo do patrimônio. Aos estudos que abordem a temática, trata-se de examinar como ocorreu a transformação de um

interesse de um grupo específico em um tema geral, de significado político, com impacto direto na operacionalização da política. Com isso, pretende-se contribuir para o próprio percurso da implementação das políticas relacionadas ao patrimônio em curso no nosso país, na medida em que os atores e o ideário presentes tem influenciado na aplicação dos principais instrumentos de salvaguarda do patrimônio, a saber, o tombamento e o registro. Por fim, acreditamos que a incursão ao Conselho Consultivo contribuirá para a compreensão da densidade dos embates da política em torno dos projetos de preservação do patrimônio para o país que, longe de se esgotarem em si mesmos, dialogam intensamente com os dilemas do seu tempo.

Bibliografia

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Edições Senado. 2001
- BRASIL. Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000.
- BRASIL. Lei n° 378 de 13 de janeiro de 1937.
- BRASIL. Lei n 8.113 de 12 de dezembro de 1990
- BRASIL. Decreto n° 99.492, de 3 de setembro de 1990
- BRASIL. Lei 8.029 de 12 de abril de 1990.
- BRASIL. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>
- BRASIL. Lei n.º 11.906 de 20 de janeiro de 2009.
- BRASIL. Decreto n° 6.844, de 7 de maio de 2009
- BRASIL. Decreto n 6.845 de 7 de maio de 2009
- CHUVA, Maria Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)*. Editora UFRJ, 2009.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *A Construção do Passado. Política Cultural no Brasil – anos 70/80* (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade de Brasília, 1994.
- Da Modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n 24, 1996.
- O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/IPHAN, 1997.
- LABORIE, P. *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la liberation. Paris: Seuil, 2003.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando Relíquias: um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em História Social. UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2004.
- MARTINS, Luciano. *Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil: uma visão geral*. Brasília: ENAP, 1997
- MILANI, R. S. M. *O Princípio da Participação Social na gestão das políticas públicas locais. Uma análise de experiências latino-americanas e europeias*. RAP, Rio de Janeiro, 42 (3), pág. 551- 79- maio/junho, 2008.

- MIRANDA, Alcides Silva. *Análise Estratégica dos Arranjos Decisórios na Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Único de Saúde*. Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.
- RABELO, Sônia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- RANGEL, Márcio. F. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. Bol. do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas, v. 7, p. 559-558, 2012.
- PEREIRA, Julia Wagner. *O tombamento: de Instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. Dissertação. RJ, 2009.
- SPHAN. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil- uma trajetória*. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1980
- TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pg. 47

Notas

¹ A Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990 que dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, atribui a natureza jurídica de autarquia ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). O Decreto nº 99.492, de 03 de setembro de 1990 constitui a Autarquia Federal Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural vinculado à Secretaria da Cultura da Presidência da República.

² É preciso destacar que a criação do Instituto Brasileiro de Proteção Cultural (IBPC) ocorreu em Pleno Governo do Presidente Fernando Collor de Mello e sua configuração e ações não estão relacionadas às diretrizes político - ideológicas e institucionais empreendidas sob seu comando. Em março de 1990, quando Collor tomou posse, a inflação chegara a 80% e ameaçava escalar ainda mais. Foi anunciado, destarte, um plano econômico que visava bloquear todos os depósitos bancários existentes, por dezoito meses, permitindo saques até um limite de 50 mil cruzeiros. Concomitantemente, equipe de seu governo começou a tomar medidas com o objetivo de modernizar o país e que incluía a privatização de empresas estatais, maior abertura ao comércio exterior e a redução no número de funcionários públicos (Fausto, 2001:290).